

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.751 - RJ (2019/0300968-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : HUGO TRAVASSOS SETTE E CAMARA - RJ084483
AGRAVADO : MARILENA ROCHA PENHA RIBEIRO
AGRAVADO : SERGIO DAMASIO
AGRAVADO : DONATO PANZA
AGRAVADO : PAULO MARCOS TRONCOSO JUSTO
AGRAVADO : LUIZ HENRIQUE PICCAGLIA PEREIRA CARDOSO
AGRAVADO : EDSON PORTO MARGONAR
AGRAVADO : DAVID MEYER PAZUELLO
AGRAVADO : MARIA DO CARMO DE SOUZA D ASSUMPCAO
AGRAVADO : MOACIR CARVALHO CORREA
AGRAVADO : QUENJI YONENAGA
AGRAVADO : ALEXANDRE RANGEL BELFORT
AGRAVADO : RAFAEL BULLOS COPOLILLO
AGRAVADO : PEDRO BARROS CUNHA
AGRAVADO : ROBERTO JOSE DE MELLO OLIVEIRA ALVES FILHO
ADVOGADOS : LEANDRO LIMA - RJ087313
PAULA TAVARES FIGUEIRA - RJ096546

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ESTADO DO RIO DE JANEIRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de ESTADO DO RIO DE JANEIRO, o Ente Público foi intimado pessoalmente da decisão agravada em 15/05/2019, sendo o agravo somente interposto em 27/06/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 30 (trinta) dias úteis, nos termos do art. 183, do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Registre-se que a Corte Especial, por maioria, acolheu a questão de ordem para reconhecer que a tese firmada por ocasião do julgamento do REsp 1.813.684/SP é restrita ao feriado de segunda-feira de carnaval e não se aplica aos demais feriados, inclusive aos feriados locais (QO no REsp 1813684/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/02/2020, DJe 28/02/2020). Assim, só a segunda de carnaval poderia ser comprovada posteriormente, excluindo-se qualquer outro feriado, como no caso dos autos. Portanto, sem efeito a intimação de fl. 1197.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente